

Desenbahia



Agência de Fomento
do Estado da Bahia S.A.

FUNDO GARANTIDOR DO APORTE DA PONTE - FGAP

CNPJ: 41.427.393/0001-00
ADMINISTRADORA: DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.
CNPJ: 15.163.587/0001-27
Rua Ivonne Silveira, 213 – Naranhíba, Salvador - BA – CEP: 41.192-007 - Tel: (71) 3103-1040/1058



GOVERNO
DO ESTADO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2021

BALANÇOS PATRIMONIAIS		
Em 31 de dezembro de 2021		
(Valores expressos em milhares de Reais)		
Ativo	Nota	2021
Circulante		259.737
Títulos e valores mobiliários	4	259.737
Total do ativo		259.737

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021		
	2021	
Receitas da intermediação financeira		
Rendas com títulos e valores mobiliários	10.135	
Resultado bruto da intermediação financeira	10.135	
Outras receitas/(despesas) operacionais		
Despesas tributárias	(4)	
Outras despesas operacionais	(507)	
Resultado operacional	9.624	
Lucro antes da tributação sobre lucro e participações	9.624	
Lucro líquido do exercício	9.624	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021					
	Nota	Capital realiza- do	Reserva de lucro	Lucros/ (prejuízos) acumula- dos	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021		-	-	-	-
Lucro líquido do exercício			-	9.624	9.624
Movimentação do capital com:					
Aporte de Capital		250.000			250.000
Destinação:					
Constituição de reserva de lucro			9.624	(9.624)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		250.000	9.624	-	259.624
Mutações do exercício		250.000	9.624	-	259.624

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS		
Em 31 de dezembro de 2021		
(Valores expressos em milhares de Reais)		
Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021
Circulante	5	113
Obrigações diversas		113
Patrimônio líquido		259.624
Capital Social	6	250.000
Reserva de lucros	6	9.624
Total do passivo e do patrimônio líquido		259.737

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021		
(Em milhares de Reais)		
	2021	
Lucro líquido		9.624
Outros resultados abrangentes		-
Resultado abrangente total		9.624

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021		
	Nota	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício		9.624
Variações patrimoniais		
Outras obrigações	5	113
Caixa líquido oriundo das atividades operacionais		9.737
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Subscrição de cotas	6	250.000
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades de finan- ciamento		250.000
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		259.737
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3g	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3g	259.737
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		259.737

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Fundo Garantidor do Aporte da Ponte - FGAP ("Fundo") foi instituído pela Lei nº 14.290, de 12 de janeiro de 2021.

O Fundo tem por finalidade precípua prestar garantias do aporte de recursos de que trata o parágrafo 2º do artigo 6º da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, assumido pelo parceiro público estadual no contrato de Parceria Público-Privada na Modalidade Concessão Patrocinada para Execução das Obras e dos Serviços Necessários à Construção, Operação e Manutenção do Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Ilha de Itaparica, cujo projeto foi devidamente aprovado pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas, criado pelo art. 24 da Lei nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004.

O Fundo é regido pelo seu Regulamento e Estatuto, aprovados na primeira Assembleia de Cotistas realizada em 5 de março de 2021. Neste ato também foi autorizada a integralização inicial de capital do Fundo com recursos do Estado da Bahia. O aporte de capital ocorreu em 7 de abril de 2021.

A Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A ("Desenbahia") foi designada administradora do Fundo mediante regulamento.

Política de investimentos

O Fundo tem por objetivo proporcionar a valorização das cotas através da gestão e administração de uma carteira de ativos financeiros, títulos e valores mobiliários, moeda corrente, bens móveis e imóveis e ou outros direitos com valor patrimonial, buscando a manutenção de sua rentabilidade, segurança e liquidez.

O patrimônio de cada cotista é a soma da quantidade de cotas multiplicada pelo respectivo valor delas.

A gestão do Fundo deve buscar compatibilizar a evolução do ativo comprometido com a trajetória esperada para as obrigações assumidas, de acordo com os respectivos prazos e indexadores.

É importante destacar que as aplicações em títulos e valores mobiliários estão representadas por cotas de fundos de investimentos lastreados, principalmente, em ativos conservadores não suscetíveis a oscilações significativas no valor de suas cotas, mesmo com a instabilidade no mercado financeiro.

Covid-19

A Administração tem acompanhado os impactos da Covid-19 nas operações e nas demonstrações financeiras, não tendo identificado situações que ensejem na descontinuidade do Fundo. Informa que em 2021 o Fundo não incorreu em perdas decorrentes deste evento.

A Administração entende que não foram observados eventos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, fruto dos desdobramentos dos impactos da Covid-19.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

De acordo com o regulamento do Fundo, ele tem contabilidade própria, compatível com o sistema adotado pelo seu administrador, Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A. As operações do Fundo se assemelham às operações do seu Administrador e algumas normas aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) são adotadas, sem prejuízo às práticas contábeis adotadas no Brasil. As suas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Desenbahia em 1º de março de 2022.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de Reais. O Real é a moeda funcional do Fundo.

Não há julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tenham efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente aos exercícios aqui apresentados.

- (a) O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios;
- (b) Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes;
- (c) Os títulos e valores mobiliários registram a aplicação de disponibilidades de caixa em títulos públicos federais, inclusive em cotas de fundos de investimento cujas carteiras estejam representadas exclusivamente por títulos públicos federais, desde que assim conste nos regulamentos dos fundos de investimento;

- (d) Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicável;
- (e) As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridas e deduzidos das correspondentes despesas, quando aplicável;
- (f) Para apuração de tributos, o Fundo está submetido à imunidade recíproca, que protege as pessoas jurídicas de direito público umas das outras, no que concerne à incidência dos impostos;
- (g) Para elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, estão incluídas as disponibilidades de caixa, as aplicações interfinanceiras de liquidez com vencimento de até 90 dias, e cotas de fundos de investimento com característica de equivalentes de caixa, registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço;

	2021
Equivalentes de Caixa	
Cotas de Fundos Renda Fixa (Nota Explicativa nº 04)	259.737
	259.737

(h) O Fundo não opera com instrumentos derivativos.

4. Títulos e valores mobiliários

	2021
Cotas de Fundos Mútuos de Renda Fixa (i)	259.737
	259.737

(i) O montante refere-se às cotas do fundo de investimento BB Tesouro II LP, que possui seus ativos aplicados em outros fundos lastreados em títulos públicos. Este fundo possui a seguinte composição por faixa de vencimento:

Faixa de vencimento – 2021						
	Sem ven- cimento	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Acima de 3 anos
Cotas de Fundos	6.904.260	-	-	-	-	6.904.260
Obrigações	(41)	-	-	-	-	(41)

BB Tesouro II 6.904.219

5. Obrigações diversas

Conforme previsto em seu regulamento, mensalmente o Fundo paga ao seu administrador (Desenbahia), pelos serviços de gestão do Fundo, uma taxa de administração equivalente a um percentual ao ano a ser aprovado em Assembleia de Cotistas, incidente sobre o rendimento líquido das aplicações financeiras do Fundo. Na Assembleia Geral Extraordinária de 5 de março de 2021, ficou estabelecida a taxa de 5% ao ano. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo a pagar a título de remuneração ao administrador do fundo é de R\$ 113.

6. Patrimônio líquido

- O capital social é constituído de 250.000 cotas, tendo o Estado da Bahia como único cotista. No exercício de 2021, não houve movimentação das cotas com subscrições e resgates. O Fundo não paga rendimentos a seus cotistas. A este está assegurado o direito de requerer o resgate total ou parcial de suas cotas, correspondente ao patrimônio ainda não utilizado para concessão de garantias, fazendo-se a liquidação com base na situação patrimonial do Fundo. O patrimônio líquido é constituído também por reserva de lucros no valor de R\$ 9.624, correspondente ao resultado do exercício.

7. Partes relacionadas

- Conforme reza o Pronunciamento Técnico CPC nº 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, o Fundo identificou como partes relacionadas:

- Estado da Bahia: único cotista;
- Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A: gestora do Fundo – taxa de administração paga: R\$ 507 e a pagar R\$ 113.

8. Contingências

Em 31 de dezembro de 2021, de acordo com seus assessores jurídicos, não há conhecimento de processos movidos contra o Fundo.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Aos
Administradores do
Fundo Garantidor do Aporte da Ponte – FGAP (Administrado pela Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.)
Salvador – BA
Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis do **Fundo Garantidor do Aporte da Ponte – FGAP ("FUNDO")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Fundo Garantidor do Aporte da Ponte – FGAP**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao **Fundo**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Ênfase
Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1, de que o Fundo Garantidor do Aporte da Ponte - FGAP ("Fundo") foi instituído pela Lei nº 14.290, de 12 de janeiro de 2021. O Fundo é regido pelo seu Regulamento e Estatuto, aprovados na primeira Assembleia de Cotistas realizada em 5 de março de 2021 e neste ato também foi autorizada a integralização inicial de capital do Fundo com recursos do Estado da Bahia. O aporte de capital ocorreu em 7 de abril de 2021. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.
Outros assuntos
Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis e restrição sobre distribuição ou uso
A base de elaboração das respectivas demonstrações contábeis está descrita na Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis. Essas demonstrações contábeis foram elaboradas para o uso exclusivo dos administradores do **Fundo**. Como resultado, essas demonstrações contábeis podem não ser apropriadas para outros propósitos e seu uso deve ser exclusivo aos

administradores do Fundo.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Fundo é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração do Fundo, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 8 de abril de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP



Russell Bedford
taking you further

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico